

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RE nos EDcl no AgRg nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº  
496.854 - SP (2007/0299588-4)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**RECORRENTE : COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS - CBC**  
**ADVOGADOS : HAMILTON DIAS DE SOUZA - SP020309**  
**MARCUS VINICIUS SOUZA MAMEDE - DF016615**  
**RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL**

## **EMENTA**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. ANO-BASE 1990. CORREÇÃO MONETÁRIA. **TEMA 298/STF**. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DA SUPREMA CORTE EM REPERCUSSÃO GERAL. SEGUIMENTO NEGADO.

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS - CBC, com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, **contra acórdão da Primeira Seção** deste Superior Tribunal de Justiça, prolatado em sede de **embargos de divergência**.

Inicialmente, o recurso especial fora provido pela Segunda Turma desta Corte, em aresto assim sumariado (fls. 446-447):

RECURSO ESPECIAL - ALÍNEAS 'A' E 'C' - TRIBUTÁRIO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - ANO-BASE DE 1990 - CORREÇÃO MONETÁRIA PELO IPC - LEI N. 8.200/91, ART. 3º, INCISO I - DEVOLUÇÃO ESCALONADA - POSSIBILIDADE - PRECEDENTES DA EXCELSA CORTE E DESTE TRIBUNAL.

Perfeitamente válida e legal a aplicação do IPC, ao invés do IRVF e dos demais índices utilizados na atualização do BTN Fiscal, para correção monetária das demonstrações financeiras do ano-base de 1990, exercício de 1991, por ter sido o índice que refletiu a inflação do período, e por não atentar contra os princípios constitucionais tributários, consoante pronunciamento da Máxima Corte na ADIn 712-2-/DF, Rel. Min. Celso de Mello, in DJU 19.02.93.

Com a edição da Lei n. 8.200, de 28 de junho de 1991, o legislador ordinário, ao reconhecer expressamente a disparidade ocorrida na apuração do imposto de renda das empresas contribuintes no ano-base de 1990, buscou minorar os seus efeitos.

O Pleno do Supremo Tribunal Federal, ao examinar o RE 201.465/MG, Rel. Min. Marco Aurélio, Rel. p/ acórdão Min. Nelson Jobim, publicado no DJU de 17.10.2003, entendeu correta a devolução diferida da diferença decorrente da variação dos índices de correção

# Superior Tribunal de Justiça

monetária no ano-base de 1990, na forma determinada pelos artigos 3º, inciso I, da Lei n. 8.200/91 e 39 e 41 do Decreto n. 332/91.

Com base nessa orientação, recentes arestos do STJ decidiram pela legalidade da devolução escalonada, entendimento que deve prevalecer no caso dos autos, com a ressalva do entendimento pessoal do subscritor.

Precedentes: EREsp 279.035/MG, Rel. Min. Paulo Medina, 1ª Seção, unânime, DJ de 03.02.2003; REsp 447.813/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, DJU 30/06/2003; EDREsp 204.109/RJ, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins, DJ 01/09/2003 e REsp 441.219/RS, Rel. Min. Luiz Fux, DJU 19/05/2003).

Recurso especial provido em parte para determinar a devolução diferida escalonada da diferença decorrente da variação dos índices de correção monetária no ano-base de 1990.

Em sede de **embargos de divergência**, o Ministro relator, Francisco Falcão, **deu provimento** ao recurso da Fazenda Nacional **para que as demonstrações financeiras do ano-base de 1990 sejam atualizadas pelo BTNF** (fls. 810-826). O agravo regimental interposto foi desprovido (fls. 846-851) e os embargos de declaração foram rejeitados (fls. 862-869).

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 871-881), sustenta a parte recorrente que "ao não aplicar o diferencial de correção monetária no ano de 1990 e de uma só vez, o v. acórdão recorrido, *venia concessa*, desrespeitou os arts. 148, III, 150, I, 153, III, e 195, I, da CF/88".

Contrarrazões às fls. 1.048-1.060.

Inicialmente, o recurso extraordinário não foi admitido (fls. 1.061-1.063). Por determinação do Supremo Tribunal Federal, o processo retornou a esta Corte Superior para sobrestamento do recurso (fls. 1.071-1.072). Agora os autos foram conclusos a esta Vice-Presidência em razão do julgamento/publicação do Tema 298/STF.

É o relatório.

Extrai-se dos autos que o recurso extraordinário ora em análise foi interposto contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça que decidiu que as demonstrações financeiras do ano-base de 1990 deverão ser atualizadas pelo BTNF, e não pelo IPC, na esteira do entendimento do Supremo Tribunal Federal, de que a Lei nº 8.200/91 não modificou a disciplina da base de cálculo do imposto de renda referente ano-base em questão, tampouco determinou a aplicação do IPC no período.

E, ao assim decidir, verifica-se que esta Corte Superior de Justiça decidiu em consonância com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 545.796/RJ, sob a sistemática da repercussão geral, em que se firmou a tese de que "É constitucional a sistemática estabelecida no artigo 3º, inciso I, da Lei 8.200/1991 para a compensação tributária decorrente da correção monetária das demonstrações financeiras de pessoas jurídicas no ano-base 1990" (Tema 298/STF).

Confira-se, a propósito, a ementa do julgado:

Recurso extraordinário. 2. Constitucional e tributário. 3. Controvérsia acerca do diferimento promovido pela Lei 8.200/1991 para compensação tributária decorrente de correção monetária das demonstrações financeiras das pessoas jurídicas do ano-base de 1990. 4. Correção

# *Superior Tribunal de Justiça*

monetária do balanço patrimonial. IPC e BTN. 5. Reafirmação da mesma tese fixada por esta Corte no julgamento do RE 201.512/MG, Rel. para o acórdão Min. Cármen Lúcia, DJe 11.4.2016, no sentido de reconhecer a constitucionalidade do 3º, I, da Lei 8.200/1991. 6. Recurso extraordinário a que se nega provimento.

(RE 545796, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 25/10/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-255 DIVULG 21-11-2019 PUBLIC 22-11-2019)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 1.030, inciso I, alínea "a", segunda parte, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
Vice-Presidente

